

## **Coletânea**

### **Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento Local**



#### **Volume V**

#### **COLETA SELETIVA INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS ALIANÇAS PÚBLICO- PRIVADAS**

#### **Estudo de Caso – Ilhéus (BA)**

#### **Múltiplas parcerias para a inclusão produtiva**

Coletânea

Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento Local

Volume V

---

**COLETA SELETIVA INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS  
ALIANÇAS PÚBLICO-PRIVADAS**

**Estudo de Caso – Ilhéus (BA)  
Múltiplas parcerias para a inclusão produtiva**

---

Janeiro, 2014

Realização:



Apoio para edição:



<p><b>BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO / FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS</b></p>	<p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>Ismael Gillio</b> Especialista Setorial</p>	<p><b>Paulo Timm</b> Superintendente Geral <b>Alexandre C. de Albuquerque Santos</b> Coordenador Geral do Programa Micro APP</p>
<p><b>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA</b></p>	<p><b>EQUIPE TÉCNICA</b></p>
<p><b>Airton José Villaça Maia</b> Diretor de Equipamentos e Qualificação Urbanística <b>Márcia Trocoli</b> Superintendente SURES <b>Ana Cristina da Purificação</b> Coordenadora de Gestão de Resíduos Sólidos SURES <b>Elisvalda Rocha</b> Assessora SURES</p>	<p><b>Gil Soares Junior</b> Coordenador Adjunto do Programa Micro APP <b>Karin Segala</b> Coordenadora Técnica em Gestão de Resíduos Sólidos <b>Nelson Issa Lino</b> Coordenador Institucional <b>Andrea Pitanguy de Romani</b> Especialista em Gestão de Resíduos Sólidos <b>Andréa De Barros</b> Especialista em Gestão de Resíduos Sólidos <b>Cecília Naiane da Silva</b> Especialista em Gestão Socioambiental</p>
<p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS</b></p>	<p><b>Publicação:</b> <b>Coordenação Geral</b> Karin Segala <b>Coordenação Editorial</b> Sandra Mager <b>Revisão</b> Ricardo Ditchun</p>
<p><b>Jabes Ribeiro</b> Prefeito Municipal <b>Carlos Machado</b> Vice-Prefeito  <b>INTERLOCUTORAS</b> <i>Maria Luiza Heine</i> <i>Emanuela Oliveira Spínola</i></p>	

Segala, Karin (Coord.)

S454 Coleta seletiva inclusiva no contexto das alianças público-privadas: estudo de caso Ilhéus BA: múltiplas parcerias para a inclusão produtiva. / [coordenação de] Karin Segala; [redação de] Andrea Pitanguy de Romani – Rio de Janeiro: IBAM; Fomin/BID, 2014. (Coletânea Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento Local, v.5)

32p.

1.Coleta seletiva, resíduos sólidos, catador – Ilhéus (BA). I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. II. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fundo Multilateral de Investimentos. III. Título.

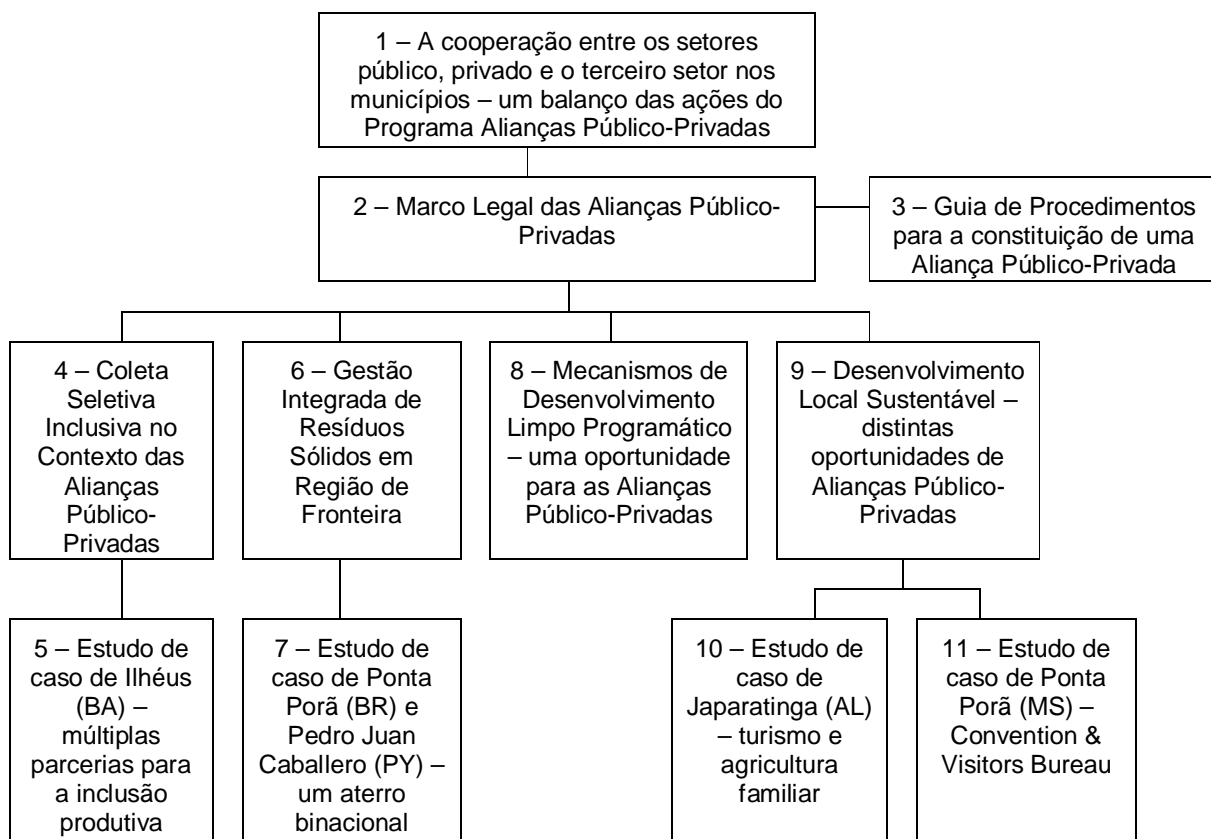
CDU 364:81

## APRESENTAÇÃO

Este conjunto de publicações sintetiza os mais importantes aprendizados e, sobretudo, informações e conhecimentos produzidos, sistematizados e agregados à experiência do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM decorrentes dos quatro anos de parcerias com o Fomin/BID (Fondo Multilateral de Inversiones/Banco Interamericano de Desenvolvimento) no Programa de Promoção de Microalianças Público-Privadas municipais.

Estruturada em fascículos, a série inclui os estudos e experiências mais expressivos, sobretudo, pelas lições aprendidas e níveis de amadurecimento resultantes das iniciativas. Todas as informações produzidas estão disponíveis no portal do Programa na internet: [www.aliancaspublicoprivadas.org.br](http://www.aliancaspublicoprivadas.org.br)

A **árvore de conhecimento** que orientou a organização da coletânea segue o esquema:



Os três primeiros fascículos tratam dos fundamentos do Programa. O primeiro, introdutório, apresenta os conceitos básicos e a evolução dos trabalhos realizados. O segundo discorre sobre o marco legal, ao mesmo tempo em que traça um panorama geral dos instrumentos jurídicos de cooperação a partir do próprio setor público e até as relações com a iniciativa privada e o terceiro setor. O terceiro é um guia de

procedimentos para a construção e implementação de uma Aliança Público-Privada (APP), um instrumento de balizamento geral que deve ser adaptado a cada situação.

Os cinco fascículos seguintes compõem o quadro da Política Nacional de Resíduos Sólidos e afetam diretamente as responsabilidades dos Municípios nesta matéria.

O quarto trata especificamente da implantação da coleta seletiva e das diretrizes associadas à inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito do panorama nacional para o setor. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade de uma abordagem inovadora para as APPs, detalhada no estudo de caso de Ilhéus, tema do fascículo cinco. Em outro extremo, no fascículo seis, o foco é a questão da destinação final dos resíduos no cenário desafiante das conurbações existentes em faixa de fronteira. O sétimo texto discute as possibilidades de enfrentamento dessas dificuldades segundo as experiências nas cidades fronteiriças de Ponta Porã, no Brasil, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Finalmente, ainda no campo dos resíduos sólidos, o fascículo oito examina as oportunidades para ampliar o potencial do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Programático no âmbito da constituição de APPs.

Os fascículos nove, dez e onze analisam a promoção do desenvolvimento econômico local e territorial dentro da perspectiva de adoção de APPs, entendida como estratégia de inserção socioprodutiva de segmentos sociais distintos.

Assim, o fascículo nove trata da questão desde um ponto de vista conceitual e os dois textos finais ilustram situações distintas por meio de estudos de casos realizados no âmbito do Programa. O décimo aborda o segmento social de agricultores familiares e periurbanos em uma região afetada intensamente pela expansão do turismo no litoral norte de Alagoas e apresenta as parcerias constituídas no Município de Japaratinga, fundamentais para a inserção daquelas pessoas na cadeia do turismo. O último fascículo também tem a cadeia produtiva do turismo como pano de fundo, especificamente a estruturação de um Convention&Visitors Bureau em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, ação que mobilizou os empresários do *trade* dos Municípios conurbados, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, e abriu caminho para a ação conjunta com o Poder Público Local.

Este é o quinto fascículo da Coletânea e, para sua edição e publicação, o IBAM contou ainda com o apoio da Fundación Avina, no âmbito do Programa Catação, igualmente amparado pelo Fomin/BID.

Boa leitura!

Alexandre Carlos de Albuquerque Santos  
Coordenador Geral  
Programa de Microalianças Público-Privadas

## **SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO .....	5
SUMÁRIO .....	7
1. ALIANÇA PÚBLICO-PRIVADA ENTRE A PREFEITURA DE ILHÉUS E CATADORES ORGANIZADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE COLETA SELETIVA	8
1.1 Mudança de paradigma na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.....	8
1.2 Histórico.....	9
1.3 A experiência de Ilhéus.....	10
1.4 A metodologia e o relato do processo .....	12
1.5 Finalidade de atuação do IBAM: elaborar produtos ou advogar por uma causa?..	21
1.6 Eleições municipais e interrupção do programa de coleta seletiva .....	23
1.7 2013: nova gestão pública, novos desafios e novas oportunidades .....	24
1.8 A inserção de outros atores na aliança da cadeia da reciclagem .....	26
1.9 Estruturando a Coolimpa como empreendimento.....	27
2. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	29

# 1. ALIANÇA PÚBLICO-PRIVADA ENTRE A PREFEITURA DE ILHÉUS E CATADORES ORGANIZADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE COLETA SELETIVA

## 1.1 Mudança de paradigma na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos

O temário relacionado aos resíduos sólidos é amplo. Perpassa diversos campos, como meio ambiente, saúde e habitação. Mesmo presente em diferentes programas e legislações brasileiras, não dispunha de um marco regulatório específico.

O reconhecimento da relevância do manejo dos resíduos sólidos em políticas de saneamento básico, como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB – nº 11.445/2007), e da dimensão social que caracteriza o tema, contribuíram para o estabelecimento de condutas nacionais para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Após 20 anos de discussões no Congresso, foi aprovada em 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305), que tem como parâmetro a Constituição Federal de 1988.

Com capítulo específico sobre meio ambiente, a Constituição incorporou a matriz dos direitos humanos e da igualdade social em suas normas e estimulou a descentralização entre os poderes. No campo da administração pública, atribuiu maior autonomia aos Municípios para a gestão de algumas matérias, como a competência para administrar os serviços públicos de interesse local.

Dessa forma, o seu artigo 30, inciso V, delega ao poder público municipal a competência administrativa privativa de *organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local*, que incluem aqueles ligados ao manejo dos resíduos sólidos, como a coleta seletiva.

Este estudo de caso, que tem como foco a cidade de Ilhéus (BA), parte da concepção de que a coleta seletiva é um serviço público de competência do Município.

A PNRS e seu decreto nº 7.404/2010 reforçam a competência municipal para a gestão de serviços, como a coleta seletiva, e inovam ao introduzir o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. Isso torna a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos uma ação articulada e dividida entre diversos setores. Além do poder público, o consumidor e o setor empresarial também passaram a ser responsáveis pelo destino final de produtos e embalagens após consumo.

Esta inovação representou a quebra de um paradigma relacionado ao entendimento do próprio conceito de resíduos sólidos, que passou a ser analisado a partir do ciclo de vida dos produtos que integram sua composição.

De acordo com a PNRS, a atribuição do setor empresarial – produtor, importador, distribuidor e comerciante – será proporcional ao que coloca no mercado e está diretamente ligada à obrigatoriedade de desenvolver sistemas de logística reversa para algumas cadeias produtivas. A que mais interessa neste trabalho é a cadeia das embalagens em geral – vidro, metal, papel/papelão e plástico –, pois é onde se destaca a atividade dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.



Este estudo de caso parte da tese de que a coleta seletiva é uma atividade fundamental para assegurar a implementação de um sistema de logística reversa das embalagens em geral.

Formalizar a participação dos catadores e catadoras em programas de coleta seletiva é uma demanda urgente, cujas justificativas vão além dos dispositivos legais. Em primeiro lugar, pela realidade posta, e inquestionável, desses trabalhadores que possuem de um histórico de marginalização e atuação autônoma ou organizada há muitas décadas em grande parte das cidades brasileiras.

Outro motivo são as contradições que acompanham a atuação desta categoria. Os catadores são, por exemplo, os principais responsáveis pelo alcance de índices exemplares de reciclagem de materiais como o alumínio (98%), fazendo o trabalho de coleta, triagem e comercialização. Ao mesmo tempo, estão na base da pirâmide por lidar com atividades que não agregam valor e por ter negados constantemente direitos básicos como moradia, educação, saúde e transporte.

Apesar de progressos importantes, como a criação em 2001 do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis) e da inclusão da categoria em programas e políticas públicas, muitos avanços ainda são necessários.

Este estudo de caso também parte do entendimento de que deve ser priorizada a participação de catadores organizados na prestação de serviços de coleta seletiva, respeitando as diretrizes da LDNSB e da PNRS.

Uma análise mais detalhada dos Municípios brasileiros, em especial os de menor porte, indica o grande desafio em responder de forma eficiente e sustentável à responsabilidade que lhes é outorgada pela Constituição e confirmada pela PNRS. Isso porque essas cidades enfrentam carências que vão desde limitações orçamentárias, de infraestrutura e de pessoal, até problemas com a compreensão do conceito de gestão integrada de resíduos sólidos e da necessidade de desenvolver políticas públicas para o setor.

Quanto menor for o compromisso político das autoridades locais, e maior a carência e vulnerabilidade da população a ser atendida, mais difíceis são os desafios. Nesse contexto, o desenvolvimento de programas de coleta seletiva que motivem e assegurem a participação de catadores organizados, e que se traduzam em políticas públicas efetivas, é um grande desafio, ainda fora das listas de prioridades, para gestores de muitos municípios.

A partir do entendimento da complexidade imposta pela necessidade de desenvolver programas de coleta seletiva com a inclusão socioproductiva de catadores organizados e da necessidade de construir um ambiente propício para sua efetivação, com a garantia do compartilhamento de responsabilidades entre os diversos setores envolvidos, traduz-se aqui em uma aliança público-privada.

## **1.2 Histórico**

O IBAM, por meio de parceria firmada em 2011 com a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia), uniu-se ao governo do Estado na recuperação do

Aterro Sanitário do Itariri, em Ilhéus. O objetivo era criar as bases para a constituição de uma aliança público-privada (APP) entre prefeitura e integrantes da Coolimpa (Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Consciência Limpa), que trabalhavam e moravam no local. Essa APP tinha como propósito o desenvolvimento de um programa de coleta seletiva em Ilhéus com a inserção socioproductiva dos catadores e catadoras nos moldes do que preconiza a PNRS e seu decreto regulamentador.

As Alianças Público-Privadas que estimulam alternativas de inclusão produtiva e de impacto socioambiental se inserem em um programa do BID/Fomim (Banco Interamericano de Desenvolvimento / Fundo Multilateral de Investimentos). Desenvolvido entre 2008 e 2014, esse programa tem o IBAM como instituição executora.

### 1.3 A experiência de Ilhéus

#### **Dados gerais do Município**

População estimada em 2013: 184.616 habitantes (84% na área urbana)  
População em 2010: 155.300 habitantes (IBGE, Censo 2010)  
Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>): 1.760,111  
Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>): 104,67  
IDHM: 0,690

#### **Dados gerais sobre os catadores**

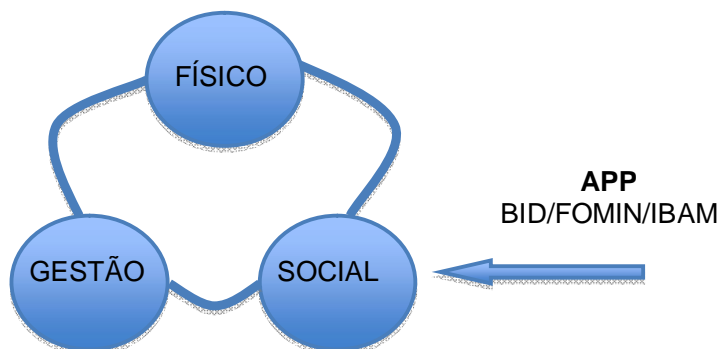
Catadores cadastrados atuando no lixão do Itariri: 120  
Nível de organização do grupo: criação de cooperativa em julho de 2010  
Forma de trabalho: individualizada  
Condições de trabalho: precárias, galpão desativado, comercialização no local da catação  
Articulação: inclusão na rede Cata Bahia

#### **Gestão integrada de resíduos sólidos no Município**

Instrumentos de planejamento: Plano Diretor de Limpeza Urbana (1998), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2002) e Projeto de Recuperação e Gestão de Aterro Sanitário de Ilhéus (2011)  
Geração *per capita* de resíduo domiciliar: 0,79 kg/hab/dia  
Parcela potencialmente reciclável: 29,03% (FEP/Conder, 2010)  
Prestação dos serviços de coleta domiciliar: terceirizado, contratos emergenciais

A Conder atuava em Ilhéus desde 2001, inicialmente por meio do convênio com o MMA (Ministério do Meio Ambiente) para a instalação de um aterro sanitário. Posteriormente, em 2008, pelo convênio 018, no desenvolvimento do projeto de requalificação do Aterro Sanitário Consorciado Ilhéus/Uruçuca, estruturado em três eixos de atuação:

- Físico: reestruturação da infraestrutura;
- Social: estruturação social dos catadores que atuavam no lixão;
- Gestão: desenvolvimento de modelo de gestão, respaldado por ações políticas e institucionais.



O propósito da Conder era o de requalificar o Aterro Sanitário do Itariri, então gerenciado de forma inadequada pelo poder público e ocupado por um grupo de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. O espaço tinha voltado a ter as características de “lixão”. Para isso, a Conder considerou, além do eixo físico, uma base social que envolvia ações capazes de promover a inclusão produtiva dos catadores que residiam no local, de onde também tiravam seu sustento.

Em função desse propósito, foi realizada parceria com o IBAM, cujo objetivo final era o de estabelecer um compromisso entre a prefeitura e a cooperativa de catadores, que ainda não estava organizada, para o desenvolvimento de um programa de coleta seletiva no Município, entre outras iniciativas.

As duas instituições – Conder e IBAM – buscavam soluções compartilhadas e convergentes e ainda cumpriam o compromisso de encaminhar os fundamentos e metas estabelecidas na PNRS. Essa legislação, além de instituir diretrizes de inclusão dos catadores na implementação de programas de coleta seletiva pelos Municípios, definiu o ano de 2014 como limite para a eliminação de lixões. As ações desenvolvidas também foram norteadas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) que, entre suas diretrizes, estabelece para a Região Nordeste do país a inclusão e o fortalecimento da organização de 63.160 catadores até 2015, além da redução de 12% do total de resíduos recicláveis secos dispostos em aterros (Planares, 2012).

A parceria firmada com a Conder teve duração inicial de 12 meses, mas esse prazo foi prorrogado por mais 20 meses. Portanto, esse estudo de caso aborda um projeto desenvolvido no período de março de 2011 a novembro de 2013.

## 1.4 A metodologia e o relato do processo

### **Esclarecimento inicial**

A necessidade de compensar os descompassos existentes entre os vários eixos do Projeto de Requalificação do Aterro Sanitário, de analisar relações de poder não balanceadas entre os principais integrantes da aliança (prefeitura e cooperativa de catadores) e de fazer face à instabilidade das competências e compromissos institucionais demandou do programa APP uma flexibilização no planejamento inicial. Além disso, suas responsabilidades foram ampliadas. Essas mudanças de rumo estão refletidas neste trabalho e, de certa forma, indicam diferentes níveis de governabilidade sobre o processo, impactando também em seu prazo de execução.

Este estudo de caso é relatado a partir de alguns marcos conquistados ao longo do processo, que criaram um ambiente com condições de compor os fundamentos necessários para a celebração da APP. O registro desses marcos busca respeitar a cronologia dos trabalhos, apesar da sobreposição de algumas ações, retrocessos e desvios de rumo ocorridos ao longo do programa.

A estratégia de trabalho foi desenvolvida em três etapas: planejamento, modelagem da ambiência da APP e consolidação da APP.

O plano de trabalho (PT), elaborado na etapa do planejamento, norteou as diversas atividades do projeto APP, assegurando uniformidade metodológica ao processo de desenvolvimento e à elaboração dos produtos. Considerou, também, convergências necessárias com as demais atividades previstas nos eixos físico e de gestão do Projeto de Requalificação do Aterro Sanitário do Itariri, que certamente tinham impactos na constituição da APP, que integrava o eixo social do projeto.

### **Plano de trabalho**

Apresenta a metodologia a ser desenvolvida, detalha as atividades e produtos previstos em cada uma das etapas e indica os responsáveis e prazos, sintetizados em um cronograma de execução. Sua elaboração demanda conhecimento preliminar do contexto local.

Em linhas gerais, o plano de trabalho previa um conjunto de atividades que tinha como objetivo a elaboração dos fundamentos para a constituição da APP:

- Processo participativo e representativo, por meio de ações de mobilização de diversos setores e do incentivo à apropriação do projeto pela sociedade;
- Construção de ambiente institucional e político para assegurar a implementação e continuidade do programa de coleta seletiva após a conclusão da atuação do IBAM;
- Incorporação de instrumentos para estruturar um grupo de beneficiários mais frágeis (catadores);

- Qualidade técnica necessária refletida nos produtos elaborados ao longo do período de trabalho.

As atividades previstas e os resultados alcançados encontram-se demonstrados no quadro seguinte e são uma síntese da metodologia e das etapas de trabalho desenvolvidas.

#### Síntese das atividades previstas no PT e resultados alcançados

<b>Etapas</b>	<b>Atividade</b>	<b>Resultados alcançados</b>
Planejamento	Reuniões do IBAM/Conder com o executivo local para apresentação do projeto e discussão de estratégias de trabalho.	Significativo número de reuniões realizadas ao longo de 2011, 2012 e 2013, em especial com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsável pela limpeza urbana.
	Estimular a criação de Grupo de Trabalho para assegurar processo participativo e instância de controle social.	Decreto Municipal nº 67/2011, que instituiu a Comissão de Acompanhamento das Obras de Recuperação do Aterro do Itariri, conhecida como GT.
	Pactuação com o GT das atividades, responsabilidades e prazos do processo inicial, intitulado ações emergenciais.	Celebração de Termo de Compromisso entre a Prefeitura de Ilhéus e a Coolimpa, em novembro de 2011, com matriz de responsabilidades para implementação das ações emergenciais.
Modelagem da ambiência da APP	Confirmação do universo de catadores que integram a Coolimpa.	Em abril de 2012, em assembleia geral extraordinária da Coolimpa, foram confirmados 80 cooperados, número que se tornou referencial para os trabalhos até 17 de abril e 2 de maio de 2013, quando duas assembleias foram realizadas confirmando 40 cooperados.
	Realização de reuniões com diversos segmentos da sociedade.	Alguns dos segmentos envolvidos: MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), INI (Instituto Nossa Ilhéus), Atil (Associação de Turismo de Ilhéus), Convention Bureau, Fami (Federação de Associações de Moradores de Ilhéus), Guarda Municipal, redes pública e privada de ensino, associações de moradores da zona sul, Rotary, Ministério Público e Poder Legislativo.
	Mapeamento da cadeia produtiva de materiais recicláveis da região.	Catadores de rua: 55 cadastrados. Grandes geradores e instituições públicas: 86 cadastrados. Sucateiros: 24 cadastrados. Indústrias recicladoras: 15 mapeadas.

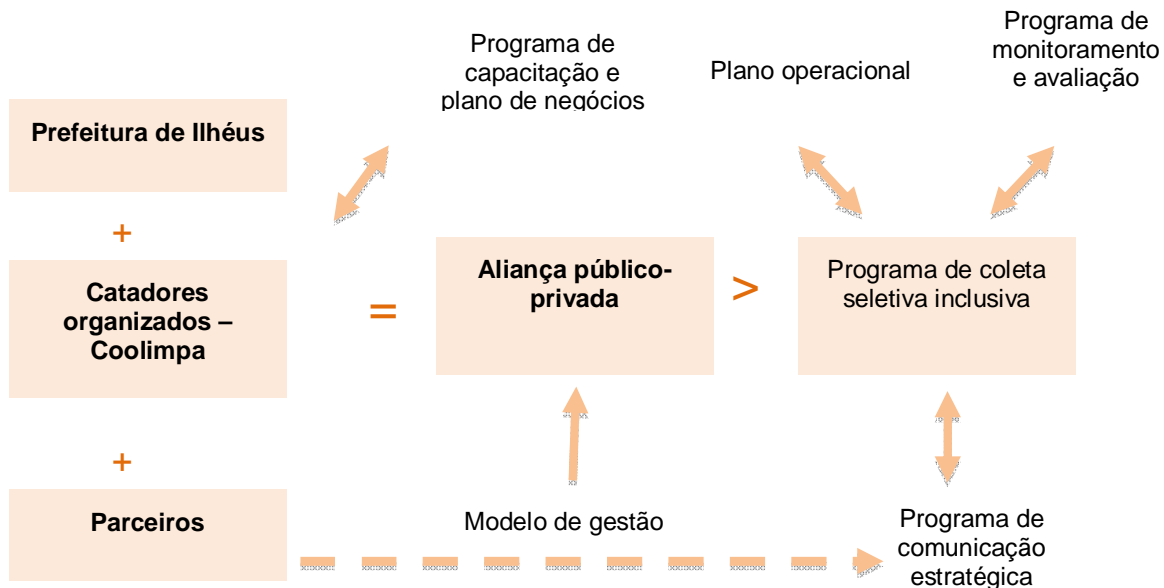
Consolidação da APP	Estabelecimento de parâmetros e bases técnicas e sociais para o desenvolvimento do programa de coleta seletiva.	Desenvolvimento de campanha de coleta de embalagens longa vida. Elaboração de plano de coleta seletiva. Implementação de projeto piloto de coleta seletiva ponto a ponto (junto a grandes geradores) e porta a porta (em bairros da zona sul da cidade). Elaboração de plano de negócios para a Coolimpa.
	Capacitação dos catadores organizados para o programa de coleta seletiva no âmbito da APP.	Elaboração e implementação de programa de capacitação. Convênio de cooperação firmado entre a Coolimpa e a Faculdade de Ilhéus em agosto de 2012.
	Capacitação dos gestores e técnicos locais para o programa de coleta seletiva no âmbito da APP.	Realização de reuniões de trabalho com gestores locais e realização de módulos de capacitação em dois períodos: 21 a 23 de maio e 5 e 6 de novembro de 2013.
	Desenvolvimento de mecanismos e instrumentos necessários para fortalecer, monitorar e avaliar o programa de coleta seletiva.	Elaboração dos programas de comunicação estratégica e de monitoramento e avaliação da coleta seletiva.
	Instrumento de formalização da APP.	Elaboração de modelo de gestão para a APP.

O propósito comum das diversas atividades que envolveram reuniões e mobilização, bem como dos pactos e acordos firmados principalmente nas duas etapas iniciais do trabalho (planejamento e modelagem da ambiência da APP), era alinhar uma série de instituições no leque de alianças. E, deste modo, potencializar recursos a serem mobilizados e construir uma sólida base de adesão ao processo de trabalho, que teria sua concretização na etapa seguinte, a de consolidação da APP.

Esta última etapa envolveu também a elaboração dos produtos que, juntamente com o compromisso dos gestores públicos e da Coolimpa, formam os elementos fundamentais para efetivar o programa de coleta seletiva inclusiva como uma política pública.

A Figura 1 destaca os atores diretamente envolvidos na parceria, bem como os produtos previstos para construir as bases para a celebração da Aliança Público Privada.

**Figura 1: Formatação da APP**



### **Marco: formalização do Grupo de Trabalho – agosto de 2011**

A formalização do GT como instância de controle social se configurou em importante passo para garantir que o processo fosse participativo e representativo.

#### **Composição do GT:**

- Secretarias do Poder Executivo
- Representação do Poder Legislativo
- Representação da sociedade civil
- Representação do governo da Bahia
- Representação do IBAM
- Representação da Coolimpa

Desde sua constituição, o GT se reuniu de forma regular e, por ter forte representação da sociedade civil, manteve-se ativo, mesmo nos momentos mais críticos de transição política. Durante a mudança da administração pública, o GT teve a participação exclusiva da sociedade civil. Apesar da coleta seletiva se configurar em serviço público de competência municipal, o Executivo se distanciou do processo.

Para trazer de volta o compromisso do poder público, uma das estratégias adotadas foi a criação de uma Comissão Institucional de Coleta Seletiva. O GT passaria a ser uma instância de controle social e a comissão atuaria na área técnico-operacional. Apesar dos esforços, a nova representação não teve a força esperada.

**Aprendizado**

Na dinâmica de atuação das instâncias de participação e controle social, como o GT, é estratégico criar ambientes neutros para as reuniões, capacitações e demais ações que demandam uma diversidade de representação, permitindo assim a adesão de outros atores. Foi escolhido o Salão da Prefeitura de Ilhéus, local estratégico em um primeiro momento para fomentar a participação diversificada. Porém, ao se deslocar para um espaço privado, desencorajou a participação de outros.

Além de assegurar uma discussão ativa sobre o projeto, suas prioridades e estratégias de atuação, que contou com participação intensa do IBAM e da Conder, uma das grandes conquistas do GT foi a definição de uma matriz de responsabilidades. Ela orientou as ações desenvolvidas para os quatro pilares desse projeto: social, jurídico-institucional, operacional e técnico. Esse instrumento integrava um termo de compromisso firmado entre os dois principais atores envolvidos na APP (Prefeitura de Ilhéus e Coolimpa), e tinha como objetivo viabilizar o desenvolvimento de ações consideradas emergenciais. Integravam também a matriz de responsabilidades parceiros como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a Setre (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia).

**Marco: celebração dos termos de compromisso e de permissão de uso entre Prefeitura de Ilhéus e Coolimpa – novembro de 2011.**

Paralelamente à preparação das bases jurídico-institucionais necessárias para a constituição da APP, foram realizadas outras ações importantes de caráter técnico-operacional e de infraestrutura. Entre elas, a articulação política para a celebração de um termo de permissão de uso. O documento possibilitou que a Prefeitura de Ilhéus cedesse à Coolimpa uma área de 5.809,68m<sup>2</sup> que abrigava um galpão, localizado nas proximidades do aterro, por um período de 20 anos. Também foram feitas discussões sobre a necessidade de reforma desta edificação.

Diante do tamanho reduzido do galpão existente (200 m<sup>2</sup>), foi realizado um levantamento para identificar potenciais terrenos da União localizados mais próximos do centro gerador de recicláveis e que pudessem ser cedidos para uma nova construção. O artigo 42, inciso III, da PNRS, conjugado com o artigo 80, inciso II, de seu decreto regulamentador, permite a cessão de uso de galpões ou terrenos para o trabalho de cooperativas de catadores.

Além disso, em setembro de 2011 foi lançada uma ampla campanha de coleta de embalagens longa vida. Esta ação representou um marco no andamento dos trabalhos, pois uniu elementos técnicos essenciais ao programa, como a logística e o planejamento da campanha, e sociais e de mobilização, por depender diretamente da adesão da população, em especial das redes de ensino pública e privada que cederam espaço para a instalação de locais de entrega voluntária (LEVs) de embalagens longa vida.



A campanha também foi considerada uma referência por ser um exemplo de como parceiros privados podem se envolver na APP. Após articulação do IBAM, a Tetra Pak, empresa privada do setor de embalagens, firmou uma parceria com a Coolimpa para a doação de 500 telhas – feitas com caixas longa vida recicladas – para a cobertura do galpão. A ação foi consolidada em novembro de 2012, em troca do compromisso dos catadores de recolher as embalagens. A doação foi feita apesar da maioria do material coletado ser oriunda da campanha lançada na cidade e de não ser atingida a quantidade sugerida pela empresa.

**Marco: parceria Coolimpa e Tetra Pak combinada à campanha de coleta de embalagens longa vida – setembro de 2011.**

O planejamento, a logística e a mobilização social ficaram a cargo do GT, cuja expectativa maior era a participação dos catadores da Coolimpa, pois eram os principais beneficiários da parceria.

Em 12 meses de campanha, 18 instituições aderiram à iniciativa e, destas, quatro se tornaram locais de entrega voluntária de outros materiais reutilizáveis e recicláveis. Apesar do baixo volume coletado, mais por dificuldade logística de coleta que por falta de adesão da sociedade, a campanha foi considerada exitosa como meio de visualizar o que vinha pela frente: a coleta seletiva inclusiva.

**Ano de 2012...**

Além de desafios técnicos e de infraestrutura, um dos aspectos que durante muitos meses dificultou as atividades relacionadas ao planejamento do programa de coleta seletiva em Ilhéus foi a incerteza do número de catadores que seriam inicialmente envolvidos.

Foi longo o processo para assegurar parâmetros justos de inclusão e exclusão dos catadores, com a realização de uma série de reuniões no GT, onde a Coolimpa tinha participação. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis foi convidado a apoiar esse processo e, apesar de muitas opiniões conflitantes, houve um consenso: os catadores incluídos no programa de coleta seletiva tinham de aderir à cooperativa e respeitar seu estatuto.

Foi em um ambiente de incertezas, falta de garantias e de um imediatismo palpável por parte dos catadores que viviam no Itariri que se desenvolveu o trabalho intenso para definir, de forma justa e participativa, o universo efetivo dos catadores e catadoras que integrariam a cooperativa e, conseqüentemente, que seriam incluídos no programa de coleta seletiva.

A partir de critérios acordados em conjunto, e com a participação de assistentes sociais do Município, a Coolimpa realizou, em abril de 2012, uma assembleia geral extraordinária (AGE). O Ministério Público participou desta reunião e doou equipamentos e uniformes à cooperativa. Esta medida foi considerada de grande importância, pois contribuiu para a

construção da identidade do grupo e, com ações concretas, reduziu as incertezas dos catadores.

Nesta assembleia, prestigiada por catadores e catadoras, representantes do poder público e do Ministério Público, ficou definido que 80 catadores estariam dispostos a trabalhar de acordo com o estatuto da Coolimpa.

#### **Decisão difícil:**

Abrir mão da cooperativa e assegurar a continuidade do trabalho no lixão, de forma autônoma e insalubre, até o início dos trabalhos de requalificação.

x

Formalizar a participação em uma cooperativa que acabava de ganhar identidade visual, mas cujas perspectivas de trabalho e renda ainda eram incertas.

**Marco: confirmação do número de catadores da Coolimpa – AGE, abril de 2012, com apoio do Ministério Público.**



#### **AGE de 4 de abril de 2012**

Dos 120 catadores inicialmente listados em diversos documentos formulados, 80 confirmaram o desejo de permanecer na cooperativa, devendo se adequar às diretrizes de gestão estabelecidas.

Entrega pelo Ministério Público de equipamentos de proteção e de trabalho.

Consenso quanto à logomarca da Coolimpa, o que conferiu identidade visual ao empreendimento junto aos cooperados e à sociedade.

Após a confirmação do universo de cooperados, foi iniciado o cadastramento dos catadores. O trabalho contou com a participação de assistentes sociais da prefeitura e apoio do IBAM. Além de organizar os dados da cooperativa, o objetivo do cadastro foi também o de facilitar a inclusão dos catadores em programas sociais do governo federal a que tinham direito. Eles foram inseridos no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) e no Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com critérios de prioridade estabelecidas pela União.

Em junho de 2012, pouco mais de um ano após o início do projeto, o programa de coleta seletiva é inaugurado. Por um lado, esse passo significou uma vitória importante no desenvolvimento do projeto, em especial para os catadores que optaram em permanecer

na Coolimpa, apostando na implementação da coleta seletiva. Por outro lado, o descompasso das ações, como o atraso na reforma e entrega do galpão à cooperativa implicou na ausência de um local para armazenamento do material coletado, a falta de nomeação formal de um profissional da prefeitura para ser responsável pela coordenação do programa de coleta seletiva resultou na irregularidade da frequência de coleta, o adiamento da entrega das casas aos catadores inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida fez com que muitos voltassem a residir no antigo lixão. Além disso, outros acontecimentos surgiram e dificultaram a efetiva consolidação do programa.

Apesar das intercorrências, o programa estava na rua e, em sua primeira etapa, seguiu o plano operacional voltado à coleta ponto a ponto junto a grandes geradores da zona sul da cidade. As equipes de coleta seletiva eram formadas exclusivamente por catadores uniformizados e capacitados pelo IBAM. Eles receberam treinamento quanto à forma de abordagem junto aos grandes geradores e também sobre os mecanismos de registro da produtividade.

Antes do lançamento do programa, diversas reuniões foram realizadas com potenciais doadores, cadastrados e sensibilizados na etapa inicial do projeto. Parcerias realizadas com entidades como a Atil, CDL, Convention Bureau e Associação de Cabaneiros foram fundamentais para legitimar o programa e assegurar a adesão do setor empresarial. Um termo de doação foi elaborado como forma de ordenar e formalizar a relação entre a Coolimpa e os doadores.

#### **Marco: início do programa de coleta seletiva – junho de 2012.**

O programa piloto começou com um caminhão cedido pela prefeitura duas vezes por semana, durante um turno, e com a coleta atendendo a grandes geradores, em especial a rede hoteleira e algumas instituições públicas. No início foram contabilizados 18 doadores localizados na zona sul da cidade. Apesar de dificuldades e períodos de interrupção, o programa não só permanece como foi ampliado e diversificado, contando com as modalidades ponto a ponto, porta a porta e LEV, seguindo as diretrizes estabelecidas no plano operacional da coleta seletiva.

Em meio às celebrações do início do programa, surgiu a determinação de desocupação definitiva do aterro pelos catadores, medida tomada devido ao avanço das obras de requalificação do aterro sanitário realizadas pela Conder. Foi um momento delicado e os catadores, mais uma vez, demonstraram insegurança quanto às perspectivas futuras.

#### **Marco: desocupação pacífica do aterro e de seu entorno pelos catadores cooperados – agosto de 2012.**

Com o acompanhamento direto da Conder e participação do Ministério Público, a desocupação começou em agosto e foi coordenada pela prefeitura. De forma pacífica, os catadores cooperados desocuparam o local. Diante do atraso na entrega das casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, buscaram alternativas de moradia, sendo que alguns receberam aluguel social. Muitos deles se deslocaram para o bairro do Couto, muito distante do aterro. Nesta região residiam catadores que no passado atuaram no lixão do

Cururupe, local de disposição final dos resíduos antes de sua transferência para o Itariri. Cabe mencionar que a área do Cururupe nunca passou por ações de remediação e é, hoje, um passivo ambiental.

Diante do fato de que a coleta seletiva havia começado e atendia apenas a grandes geradores de uma área específica da cidade, alcançando níveis de produtividade ainda muito limitados diante da necessidade dos 80 cooperados que ficariam sem renda ao deixar o aterro, foi articulado pelo IBAM, Conder e demais parceiros, que a prefeitura assegurasse, por cinco meses, um complemento de renda e cesta básica aos catadores cooperados. Esse período foi estimado como tempo mínimo para que a coleta seletiva fosse intensificada, e a comercialização dos materiais permitisse a geração de uma renda mínima.

Um convênio de cooperação financeira (034/12), elaborado com apoio da Conder, formalizou o repasse dos recursos da prefeitura à Coolimpa, tendo ocorrido apenas a transferência da primeira parcela da complementação de renda e a entrega de duas cestas básicas.

A desocupação do aterro do Itariri pelos catadores, um dos fatores condicionantes do convênio, já havia sido cumprida. Porém, uma pendência por parte da Coolimpa poderia inviabilizar a celebração do acordo. A cooperativa precisava ser reconhecida como utilidade pública. Essa questão foi resolvida com uma articulação exemplar entre sociedade civil e Câmara de Vereadores. Em agosto foi aprovada a Lei 6.617/2012 que reconhece a utilidade pública da Coolimpa.

### **Marco: celebração de convênio e parcerias com a Coolimpa – agosto de 2012.**

#### **Aprendizado**

A Aliança Público-Privada não é simplesmente uma formalização de parceria entre os dois atores principais – prefeitura e catadores organizados – como ocorreu com a celebração do termo de compromisso em 2011 e do convênio de cooperação financeira em agosto de 2012. Trata-se de um processo mais complexo, cujo êxito depende do fortalecimento do beneficiário mais frágil (os catadores), do compromisso do poder público, da elaboração dos instrumentos necessários para a regulação da prestação dos serviços, da sensibilização da sociedade e do planejamento operacional do programa de coleta seletiva.

Ainda em agosto de 2012, uma outra parceria foi firmada, desta vez envolvendo a Faculdade de Ilhéus e a Coolimpa. Como parte do processo de formação de seus estudantes, a instituição se dispôs a prestar orientação jurídica e contábil à cooperativa e ainda oferecer serviços de saúde aos cooperados.

## 1.5 Finalidade de atuação do IBAM: elaborar produtos ou advogar por uma causa?

### **Aprendizado**

No trabalho que envolve atores marginalizados no exercício pleno de sua cidadania e em relações de poder pouco equilibradas, a linha divisória entre assistencialismo e empoderamento é tênue. Em alguns casos, ações assistencialistas devem fazer parte do processo, desde que sejam iniciativas transitórias para permitir o empoderamento futuro.

Apesar de avanços e marcos relevantes, foram identificadas novas necessidades ao longo do processo de trabalho. Isso deixou claro que o equacionamento institucional e outras ações complementares, como a organização da coleta seletiva, a capacitação da cooperativa, seu plano de negócios e um programa de comunicação, não seriam suficientes ao êxito da consolidação da APP.

Essas novas necessidades incluíam, por exemplo, maior apoio na estruturação da cooperativa e ampliação da quantidade de parceiros na APP, em especial com o envolvimento do setor empresarial. Esses aspectos são decorrentes de qualquer processo de trabalho que pretenda ser participativo e sensível às especificidades e oportunidades do meio em que está inserido e que envolvam atores com interesses nem sempre convergentes e com relações de poder desequilibradas.

Diante de novos desafios e da necessidade de readequações, objetivos e métodos foram reajustados e o projeto prosseguiu. Nesta fase, os catadores já haviam desocupado o aterro, o programa de coleta seletiva tinha sido iniciado, mas em condições ainda precárias, e o convênio 034/12 não estava sendo integralmente cumprido. O IBAM, por isso, incorporou ações que não estavam inicialmente previstas em sua relação de responsabilidades. Medidas concretas foram articuladas pela equipe do programa APP, em conjunto com representantes da Conder, da Prefeitura de Ilhéus, do GT e da Coolimpa.

Entre as ações desenvolvidas, a de maior destaque, e a que ultrapassou os limites contratuais, foi a assessoria direta e regular ao programa de coleta seletiva, medida que deveria ter sido colocada em prática pelo poder público.

Diante da dificuldade encontrada pela prefeitura no sentido de formalizar uma comissão institucional de coleta seletiva, com um responsável técnico, coube ao IBAM, inicialmente, essa assessoria *in loco*, reforçando assim o compromisso da entidade com o programa. Para tanto, a equipe técnica do IBAM foi ampliada e passou a contar com um profissional local para acompanhar regularmente a equipe de coleta seletiva.

### **Aprendizado**

Vacâncias são ocupadas aleatoriamente, o que significa perda de direção do processo. A representação local do IBAM assegurou continuidade e direcionamento ao programa.

O IBAM, em articulação com o GT e demais parceiros, desenvolveu uma série de outras ações:

- Negociação com a Sedur (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) de Ilhéus para garantir a disponibilização de um caminhão para a coleta seletiva duas vezes por semana. O compromisso foi cumprido entre junho e outubro de 2012. Em novembro, a frequência semanal sofreu diversas interrupções, sendo suspensa no fim do mês. Apesar das dificuldades enfrentadas, os catadores mantiveram o compromisso de desenvolver ações educativas e de participar de programas pontuais de coleta seletiva, recolhendo o material com carrinho nas áreas centrais da cidade. Os grandes geradores que aderiram ao programa também deram continuidade ao trabalho, mantendo separada a parcela reciclável de seus resíduos;
- Mobilização para assegurar que a prefeitura fornecesse a alimentação dos catadores que integravam a equipe de coleta seletiva, o que contou com o apoio da Secretaria de Saúde;
- Acompanhamento direto da prestação do serviço de coleta seletiva, que envolvia a orientação das equipes de trabalho e a participação em reuniões para mobilização de potenciais parceiros;
- Fornecimento de equipamentos necessários à operação do galpão, com a doação à Coolimpa de prensa hidráulica, balança elétrica e carrinho para o material;
- Articulação de novos atores (Banco do Nordeste, Rotary Clube, Bahia Mineração, Cicon, Positivo, Max Coisas e outros) para dar apoio à construção de um novo galpão para recepção e triagem do material coletado. Essa obra ficaria em uma área contígua à edificação já existente, usada para beneficiamento, que estava em fase de reforma. Apesar de amplo interesse, a estrutura do galpão não foi assegurada, assim como o terreno;
- Articulação com a prefeitura para o armazenamento provisório dos recicláveis recolhidos. A ideia era que este depósito fosse usado até a conclusão da reforma do galpão de triagem e beneficiamento da Coolimpa, obra sob a responsabilidade da Conder. Durante o período em que houve coleta seletiva, o material foi colocado no Parque de Exposições, apesar de constante resistência por parte de seus representantes. Em maio de 2013, o programa foi definitivamente impedido de armazenar o material reciclável no local. Já o galpão reformado nunca foi usado por inadequações técnicas que inviabilizaram tal operação, como, por exemplo, a ausência de rede trifásica no local para instalação dos equipamentos;
- Articulação com o Ministério Público para doação à Coolimpa de 20 carrinhos de tração manual com capacidade de 300 kg/900 litros de carga. O objetivo era fazer a coleta seletiva porta a porta, o que ocorreu em outubro de 2012;
- Negociação de apoio com a Sudic (Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial). O objetivo era que o órgão ajudasse na mobilização das empresas localizadas no distrito industrial da cidade para aumentar a doação de recicláveis e também que disponibilizasse um terreno para construção de um

galpão. A obtenção de licença ambiental pela Coolimpa foi uma condicionante apresentada pela Sudic.

### **Marco: emissão de dispensa de licença ambiental à Coolimpa – dezembro de 2012.**

Após articulação do IBAM com a Sema (Secretaria de Meio Ambiente) de Ilhéus, foi concedido à Coolimpa, em dezembro de 2012, a dispensa de licença ambiental (nº 100/2012), com prazo de validade de três anos. Este foi o primeiro licenciamento ambiental para uma cooperativa de catadores emitida pela Sema, responsável por Ilhéus e municípios vizinhos. Este documento viabilizaria a ampliação do leque de doadores, em especial grandes geradores do distrito industrial.

### **1.6 Eleições municipais e interrupção do programa de coleta seletiva**

A coleta seletiva foi interrompida em novembro de 2012, mesmo com a manutenção das ações mantidas pelo GT, que prosseguiu com suas reuniões. As justificativas para essa interrupção foram diversas, mas todas, de certa forma, levaram ao aspecto político. O ambiente no Município já estava controlado pelas eleições municipais desde o início do segundo semestre.

Em outubro de 2012 houve a confirmação da mudança no quadro político municipal. Houve, ainda, o desencadeamento de muitas greves de servidores municipais, incluindo de funcionários da limpeza. Com isso, o programa de coleta seletiva foi efetivamente paralisado em novembro e dezembro, quando outros problemas surgiram. O convênio entre prefeitura e Coolimpa não estava sendo honrado, com catadores sem trabalho, sem moradia e sem alimentação. Ou seja, uma situação que oferecia sérios riscos de retrocesso.

Uma das grandes articulações do GT, em especial junto ao INI (Instituto Nossa Ilhéus), foi a organização de uma série de debates com os candidatos a prefeito. E a coleta seletiva foi um dos temas abordados. Ao final, em setembro de 2012, foi assinada uma carta compromisso que seguia os moldes do documento nacional elaborado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Na declaração, os candidatos se comprometiam a manter alguns elementos indispensáveis à emancipação das organizações de catadores, como a efetivação da coleta seletiva inclusiva como política pública e a remuneração das organizações de catadores pelos serviços prestados.

Todos os candidatos assinaram a carta compromisso, inclusive o prefeito eleito, mas a concretização das propostas tem ocorrido de forma bastante lenta.

Em dezembro de 2012, por determinação e necessidade dos catadores da Coolimpa, houve um esforço conjunto para fazer a coleta seletiva porta a porta em algumas áreas centrais da cidade, como no bairro Cidade Jardim e no Centro. A ação aproveitou o aumento do consumo devido às festividades de fim de ano e, conseqüentemente, da geração de resíduos nos estabelecimentos comerciais. Os carrinhos doados pelo Ministério Público foram muito utilizados.

**Marco: início da coleta seletiva porta a porta com uso dos carrinhos doados pelo Ministério Público – dezembro de 2012.**

Nesta fase do programa, algumas das peças de comunicação formuladas especialmente para o projeto já haviam sido reproduzidas e utilizadas como instrumento de divulgação. Diante da possibilidade de realizar a coleta seletiva porta a porta, foi incorporado ao processo de capacitação um módulo desenvolvido com os catadores em outubro de 2012, que discutir as técnicas deste tipo de coleta e simulava situações de abordagem da população com o uso dos materiais informativos. Empresas privadas, como a Cicon, tiveram papel relevante no apoio ao programa e na reprodução de materiais.

**Aprendizado**

A capacitação de catadores para a gestão de um empreendimento solidário pressupõe vivências práticas de realidades concretas. Sem galpão, sem equipamentos de beneficiamento em funcionamento e sem escala e agregação de valor à produção, os catadores não tiveram treinamento sobre organização do trabalho e comercialização coletiva da produção. Houve descompasso entre ações físicas e sociais.

**Marco: entrega de casas a famílias de catadores – dezembro de 2012.**

Simultaneamente à tentativa de retomada do programa de coleta seletiva com os catadores, foram entregues 32 casas a famílias de catadores inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar do atraso, esta conquista foi resultado da ampla mobilização dos parceiros envolvidos, especialmente do setor público. Os catadores também foram incluídos no programa federal Educação para Todos, o que permitirá à prefeitura instalar e operar uma escola de ensino fundamental na área das novas residências.

O sonho, ou o direito à moradia, passou a ser uma realidade para esse grupo de catadores.

**1.7 2013: nova gestão pública, novos desafios e novas oportunidades**

O ano de 2013 teve início com nova administração pública e muitas incertezas. Catadores foram obrigados a se desligar da Coolimpa por causa da falta de renda e de perspectivas de retomada do programa de coleta seletiva. O entorno do aterro do Itariri foi novamente ocupado por trabalhadores autônomos, que voltaram à catação na massa de lixo. Houve ainda a paralisação da obra de requalificação do aterro.

O galpão de armazenamento, ainda desativado, mas cuja reforma havia sido concluída pela Conder em setembro de 2012, foi depredado por pessoas que não participaram do processo de organização da Coolimpa. A estrutura estava sob responsabilidade da prefeitura desde o fim das obras. Esse incidente reforçou a importância de vigilância do local, o que não foi atendido e representou um retrocesso.



Avanços, estagnações, retrocessos e novos avanços caracterizam este projeto, que mesmo com muitos obstáculos continuou avançando.

Em março de 2013, a Coolimpa realizou nova assembleia geral extraordinária com a intenção de eleger uma nova diretoria e confirmar o número de cooperados que ainda permanecia no programa. O IBAM esteve à frente do processo, em articulação com o GT. O MNCR também foi acionado para dar apoio.

### **Resultados da assembleia**

Mudanças na diretoria:

Presidente: confirmação no cargo da presidente Deisemeire da Silva Souza, o que refletiu seu compromisso e dedicação com a Coolimpa ao longo de todo o processo de estruturação da cooperativa.

Mudanças no quadro de tesoureiros e secretários, com o desligamento de cooperados distantes do processo e a entrada dos mais participativos, incluindo integrantes da equipe de coleta seletiva. Ou seja, percebe-se, por parte de alguns cooperados, um crescimento e o desejo de ampliação do conhecimento e da participação não apenas de aspectos operacionais, mas também de conhecimento de gestão e administração da cooperativa.

1º Tesoureiro: Maurício Santos Trindade

2º Tesoureiro: Renato Andrade dos Santos

1º Secretário: Jorge Oliveira da Silva

2º Secretário: Anilton Araújo Santos Júnior

### **Conselho fiscal**

Titulares: Jocilene Santana Santos, Luiz Melo de Lima e Nair do Carmo Santos Nogueira

Suplentes: Rosimeiry Souza dos Santos, Jasciane Santana da Silva e Mayara Bruna da Silva Almeida

### **Conselho de ética**

Titulares: Maria Rita do Carmo Nogueira e Emílai Batista Santana

Suplente: Daniel Bone dos Santos Conceição

Um mês após a assembleia, em abril de 2013, o programa de coleta seletiva é relançado, cinco meses de interrupção.

### **Marco: relançamento do programa de coleta seletiva – abril de 2013.**

A implementação integral do programa de coleta seletiva dependia, basicamente, de três fatores:

- Local para armazenamento dos materiais;

O Parque de Exposições, espaço usado para armazenamento provisório dos recicláveis, havia sido desvinculado do programa de coleta seletiva. Já o galpão reformado, local onde poderiam ser instalados os equipamentos para beneficiamento, havia sido depredado.

- Veículo e combustível para coleta dos materiais;

Inicialmente, o caminhão e o combustível foram assegurados pela prefeitura duas vezes por semana, com os catadores da Coolimpa compondo a equipe de coleta seletiva.

- Equipamento para beneficiamento, uma forma de agregar valor ao material a ser comercializado;

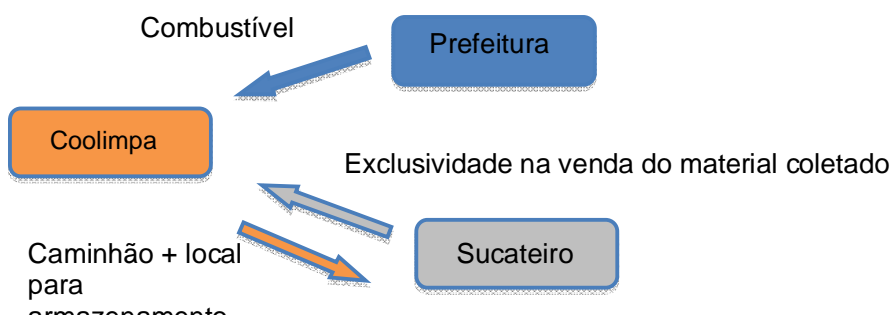
Os equipamentos doados pelo programa APP em agosto de 2012 ainda não haviam sido instalados. Recurso para novos foram pleiteados junto à Setre.

Alguns dos obstáculos ao desenvolvimento do programa de coleta seletiva foram gradualmente contornados por meio da articulação dos diversos parceiros envolvidos, principalmente no âmbito do GT e do acompanhamento técnico do IBAM.

### 1.8 A inserção de outros atores na aliança da cadeia da reciclagem

A ausência de local para armazenamento dos materiais coletados foi resolvida pela própria Coolimpa. Como alternativa provisória, foi estabelecida parceria com um sucateiro local (Sucata Ambiental), que disponibilizou uma área para receber os recicláveis.

Diante da irregularidade de frequência do caminhão cedido pela prefeitura, a Coolimpa também negociou com o mesmo sucateiro a cessão de um veículo, sendo o combustível pago pela prefeitura. O sucateiro se beneficiou desta parceria ao garantir exclusividade na venda do material coletado pela Coolimpa.



### Marco: seleção de projeto pela Setre/BA com repasse de recursos para aquisição de equipamentos para a Coolimpa – agosto de 2012.

A Coolimpa conseguiu o repasse de R\$ 100 mil para a aquisição de equipamentos para o processo produtivo. O recurso foi resultado da seleção de projeto elaborado em uma

articulação da Seplan com o Instituto Nossa Ilhéus e o IBAM, e submetido à Setre/BA (Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia), em atendimento a edital específico. Uma das condições para o repasse era a existência de galpão para uso da cooperativa.

### **1.9 Estruturando a Coolimpa como empreendimento**

#### **Marco: formalização do envolvimento do Cesol (Centro Público de Economia Solidária) na incubação da Coolimpa – maio de 2012.**

Se por um lado algumas questões ligadas à infraestrutura começam a ser superadas, mesmo que provisoriamente, permitindo o reinício do programa de coleta seletiva, por outro a cooperativa está fragilizada e distante de se tornar o empreendimento solidário proposto em seu plano de negócios.

Para ampliar as parcerias e criar bases para a estruturação da Coolimpa, foi iniciada uma articulação com o Cesol. O objetivo era discutir a participação do centro público no processo de incubação da cooperativa.

Outra iniciativa planejada para fortalecer o empreendimento foi o projeto elaborado pelo Instituto Nossa Ilhéus em parceria com o IBAM e submetido à SPM (Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres) da Bahia. A proposta previa a realização de oficinas com os/as cooperados/as para discutir temas como igualdade, direitos humanos, gênero e poder.

Essas providências deram mais confiança ao processo de trabalho, permitindo a plena adesão dos catadores e abrindo espaço para a aproximação de diferentes setores da sociedade, numa convergência de interesses comuns que iam ao encontro dos objetivos da APP: criar bases para que o programa de coleta seletiva inclusiva seja uma política pública.

Para consolidar as conquistas alcançadas e direcionadas, sobretudo para a total implementação da coleta seletiva e o adequado funcionamento da Coolimpa, no que diz respeito à sua gestão e operação, foram elaborados os seguintes instrumentos, que incorporaram contribuições apresentadas pelo GT ao longo do processo:

1. Plano operacional da coleta seletiva;
2. Programa de capacitação dos catadores;
3. Plano de negócios da Coolimpa;
4. Programa de comunicação estratégica;
5. Modelo de gestão;
6. Minuta de lei de resíduos sólidos.

Esse leque de instrumentos foi apresentado e debatido com representantes de diversos setores e, em especial, gestores públicos, durante oficinas de capacitação realizadas nos meses de maio e novembro de 2013.

Uma atualização na matriz de responsabilidades (material anexo), tendo como base o documento elaborado nas etapas iniciais do projeto, foi construída coletivamente durante a oficina e, posteriormente, divulgada e pactuada na segunda edição do *Consciência Limpa*. O evento municipal envolveu representantes de diversos segmentos públicos e privados para debater os próximos passos do programa de coleta seletiva com a conclusão dos trabalhos do IBAM no Município.

#### **Reflexão**

Descrever essa experiência permite concluir que o projeto da APP em Ilhéus, no âmbito do Projeto de Requalificação do Aterro do Itariri, não se esgota neste trabalho e menos ainda no atendimento às responsabilidades contratuais firmadas entre IBAM e Conder. As dinâmicas sociais locais interferiram no curso do processo e seguirão impactando o programa.

É possível afirmar que o programa de coleta seletiva inclusiva é hoje uma realidade em Ilhéus. Mas, até quando?

Por que algumas questões entram na agenda das políticas públicas enquanto outras são ignoradas?

Como alguns temas se tornam problemas socialmente construídos e ganham atenção de governos, sendo objeto de políticas públicas?

Como previsto na PNRS, a coleta seletiva é um serviço público de competência Municipal.

A Aliança Público-Privada (APP) tem sido construída desde as atividades iniciais desse programa, mas sua permanência depende majoritariamente do compromisso do poder público em fazer dela uma política pública.

## 2. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 05 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a Separação dos Resíduos Recicláveis Descartados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, na Fonte Geradora, e a sua Destinação às Associações e Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis, e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei Federal nº 11.445/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2010a.

BRASIL. **Decreto no 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei n.o 12.305, de 2 de agosto de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2010b.

BRASIL. **Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jul de 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Diário Oficial da União, Brasília, 06 abr. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, 08 jan. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, 03 ago. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília , 21 de jun. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 08 jan. 1997.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Comunidade da Invasão de Catadores na Área do Aterro - Povoado de Itariri-Ilhéus**, Bahia, 2008.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER / FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA – FEP. **Projeto de Recuperação e Gestão do Aterro Sanitário de Ilhéus**, Bahia, março 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER/UMAH. **Plano Diretor de Limpeza Urbana de Ilhéus**, Bahia, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM e SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEDUR. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. IBAM, SEDU, Brasília, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Microaliança Público-Privada entre a Prefeitura Municipal de Ilhéus e as Organizações de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - Plano de Trabalho**. IBAM, CONDER, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para Implantação da Logística Reversa por Cadeia Produtiva - Componente Produtos e Embalagens Pós-Consumo**. IBAM, MMA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Curso EAD – Planos de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades no contexto da Política Nacional de Resíduos sólidos**. Romani, Andréa e Segala, Karin. IBAM, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas de Saneamento 2011**. Rio de Janeiro: 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Rio de Janeiro, 2008. 219 p. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. /Manual de Gerenciamento IBAM português e espanhol.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Relatório de Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos**. IPEA. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Saneamento Básico, Proposta de Plano**. MCidades, Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2010, SNIS (2010)**. Brasília, Ministério das Cidades, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA e MINISTÉRIO DAS CIDADES – MCidades. **Elementos para a Organização da Coleta Seletiva e Projeto dos Galpões de Triagem**. MMA, MCidades, Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**, MMA, 2012.